



Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-559-4 DOI 10.22533/at.ed.594192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(RE)PENSANDO A CIBERCULTURA NO CONTEXTO EDUCACIONAL	
Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.5941923081	
CAPÍTULO 2	23
A COEXISTÊNCIA ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA. A ESCRITA BALZAQUIANA COMO PROJETO DE UMA HISTÓRIA DOS COSTUMES	
Ana Beatriz Morais de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5941923082	
CAPÍTULO 3	34
A FEBRE AMARELA NO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, CIÊNCIA E LITERATURA	
Cláudia Santos Turco	
Eduardo Nazareth Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.5941923083	
CAPÍTULO 4	42
A FILOSOFIA E A FORMAÇÃO DO HOMEM CONSCIENTE DE SI: ANÁLISE DO O CONTRATO SOCIAL E DO EMÍLIO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU	
Edson de Sousa Brito	
Vanessa Aparecida Bernardes de Souza	
Tiago Carvalho Lombardi Tosta	
DOI 10.22533/at.ed.5941923084	
CAPÍTULO 5	52
FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	
Fernanda Moreira Silva Rabelo	
José Carlos Ferraz	
Hellayny Silva Godoy de Souza	
Ana Maria Franco Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5941923085	
CAPÍTULO 6	66
A TRAJETÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO RIO GRANDE DO SUL E A POLÍTICA DE RECONSTRUÇÃO DO JAPÃO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	
Tomoko Kimura Gaudioso	
DOI 10.22533/at.ed.5941923086	
CAPÍTULO 7	77
DE IBICABA A SUPERAGUI: APROXIMAÇÕES ENTRE A IMIGRAÇÃO DEDICADA À GRANDE LAVOURA E A COLONIZAÇÃO HAVIDA NO PARANÁ	
Caiubi Martins Dysarz	
DOI 10.22533/at.ed.5941923087	

CAPÍTULO 8	101
AÇÕES POLÍTICAS DE PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA: MODERNIDADE E POLÍTICA EM GOIÁS (1930-1933)	
Ivo Monteiro de Queiroz Claitonei de Siqueira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5941923088	
CAPÍTULO 9	115
ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL DO CRESCIMENTO DA MANCHA URBANA DO BAIRRO COLINA DE LARANJEIRAS – SERRA/ES A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DE IMAGENS GOOGLE EARTH	
Rubyana dos Santos Vieira Jordano Francesco Gagno de Brito Eliana Cassia Rocon Daiane Entringer Modesto	
DOI 10.22533/at.ed.5941923089	
CAPÍTULO 10	121
BIOGRAFIA, METODOLOGIA, SENSIBILIDADES E PRÁTICA RELIGIOSA CATÓLICA EM MARINGÁ, NORTE DO PARANÁ (1969-2000)	
Marcia Regina de Oliveira Lupion Solange Ramos de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.59419230810	
CAPÍTULO 11	132
CAMPESINATO NA DIOCESE DE GOIÁS: MEMÓRIAS DAS LUTAS E COM D. TOMÁS BALDUÍNO	
Valtuir Moreira da Silva Damiana Antonia Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.59419230811	
CAPÍTULO 12	144
IGREJA CATÓLICA E A FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SANTA LUZIA D'OESTE/RO (1980-2017)	
Cátia Franciele Sanfelice de Paula Pâmela Kamila da Silva Gomes Andrea Gomes Veríssimo	
DOI 10.22533/at.ed.59419230812	
CAPÍTULO 13	157
FÉ EVANGÉLICA E A AÇÃO POLÍTICA NA OBRA CINEMATOGRAFICA SELMA (2014): UMA VISÃO PROTESTANTE ACERCA DA LUTA PELOS DIREITOS CIVIS	
Vinícius Almeida Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.59419230813	

CAPÍTULO 14	166
ILÊ OJU ODÉ: POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA E TERRITORIALIDADES NO CANDOMBLÉ DE GOIÁS	
Victor Hugo Basilio Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.59419230814	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	175
ÍNDICE REMISSIVO	176

AÇÕES POLÍTICAS DE PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA: MODERNIDADE E POLÍTICA EM GOIÁS (1930-1933)

Ivo Monteiro de Queiroz

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de
Ciências Socioeconômicas e Humanas.

Anápolis – Goiás

Claitonei de Siqueira Santos

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação.

Goiânia – Goiás

RESUMO: O presente artigo reflete acerca das estratégias políticas utilizadas por Pedro Ludovico Teixeira, no bojo do discurso mudancista, ainda na condição de interventor em Goiás entre os anos 1930-1933. Dado a instabilidade, as disputas políticas que se desenhavam no Estado eram oriundas dos desdobramentos em âmbito nacional. Conseqüentemente, tais acontecimentos colocava a necessidade de o interventor se afirmar politicamente para vencer os dissidentes que disputariam o controle do poder local em função das eleições que ocorreria no ano de 1934. Nessas condições, indaga-se sobre o tipo de costura, no âmbito do discurso mudancista, foi realizado pelo interventor para que o projeto de construção de uma nova capital lhe desse as condições necessárias para se afirmar no poder político? Utilizando da pesquisa de cunho bibliográfico e análise de discurso, compreender e desnudar as estratégias presentes no discurso mudancista

de Pedro Ludovico constitui o objetivo central do presente trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Pedro Ludovico. Estratégia política. Goiás.

ABSTRACT: This article reflects on the political strategies used by Pedro Ludovico Teixeira, in the context of the discourse of the population, still in the position of intervener in Goiás between the years 1930-1933. Given the instability, the political disputes that were being drawn in the State came from the unfoldings at the national level. Consequently, such events made it necessary for the intervener to assert itself politically in order to defeat the dissidents who would dispute the control of the local power in the light of the elections that would take place in 1934. Under these conditions, the type of sewing is questioned in the context of discourse, was carried out by the intervener so that the project of building a new capital gave him the necessary conditions to assert himself in political power? Using the literature search and discourse analysis, understanding and undressing the strategies present in Pedro Ludovico 's discursive discourse constitutes the central objective of this work.

KEYWORDS: Pedro Ludovico. Political strategy. Goiás.

1 | INTRODUÇÃO

Mudanças políticas e econômicas que ocorreram na década de 1930 em nível nacional, contribuíram para alterações nos estados brasileiros. Interventores foram nomeados por Getúlio Vargas para substituir os antigos governadores. Nessas condições, ao assumir o cargo maior da estrutura política goiana, Pedro Ludovico Teixeira se encontrava imerso em um cenário político conturbado e de insegurança. Seu primeiro projeto de governo, um programa sanitarista, não logrou êxito. Rapidamente o interventor lançou mão de um discurso político fortemente ancorado na ideia de mudar a capital de Goiás. Devido os condicionantes históricos após a chegada de Vargas ao executivo federal, articulou o projeto mudancista aos ideais progressistas estabelecidos em âmbito nacional.

A ideia de progresso e modernidade veiculada no país a partir de 1930 possibilitou a Pedro Ludovico forjar um discurso mudancista, balizado na historiografia local, com os interesses presentes na ideologia do novo grupo a frente do governo federal. Ao se trabalhar sobre a perspectiva do moderno, pelo viés da necessidade de uma nova capital para o Estado, o então interventor, aos poucos, foi consolidando o ideal de uma capital nova e moderna como elemento essencial para a “transformação” de Goiás. Sob essas condições, indaga-se que tipo de costura no âmbito do discurso mudancista foi realizado pelo interventor para que o projeto de construção de uma nova capital lhe desse as condições necessárias para se afirmar no comando do poder político local?

Compreender e desnudar os elementos presentes no discurso mudancista de Pedro Ludovico e como este foi associado às transformações em âmbito nacional, constitui o objetivo central do presente trabalho. Uma das hipóteses é que a construção de uma nova capital para o planalto central parece ter se efetivado primeiro no campo das ideias. Esses elementos nos auxiliam ainda no trabalho de desvelar, no bojo do discurso de construção e mudança da nova capital, a também ideia fixa da futura capital como idealização materializada de um só homem. Ao nosso entendimento, essa perspectiva além de equivocada, imobiliza o movimento do real, estabelecendo uma perspectiva determinista para o desenvolvimento da história.

2 | ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA URBANIZAÇÃO: A CONJUNTURA DAS CIDADES

A cidade não é uma construção recente na história da humanidade. No continente europeu, os registros das cidades remontam aos séculos VII a VI a.C. Porém, destituídas das roupagens das cidades do período moderno. As cidades gregas eram centros comerciais, religiosos, políticos e artísticos, com grande autonomia política (SALLES, 1982). Durante séculos Atenas e Esparta dominou parte do comércio no Mediterrâneo e no Mar Egeu, um dos fatores do seu fortalecimento (FINLEY, 1988).

Contrário do que se imaginam, com a queda de Roma, as cidades não desapareceram no período conhecido como Idade Média. Elas foram aos poucos perdendo seu vigor, mas conforme destaca Franco Junior (1989), perduraram por todo o período medieval e ganharam novo fôlego enquanto centros econômicos, principalmente Gênova e Veneza, com o desenvolvimento das cruzadas que possibilitou a retomada do florescimento do comércio e a expansão cada vez mais vertiginosa dos centros urbanos.

Nas condições em que se apresentavam as transformações históricas, a formação de uma mentalidade acerca do econômico foi preponderante para o desenvolvimento e centralidade dos aglomerados urbanos. No entanto, teórica e metodologicamente é preciso refletir que antes mesmo da reconfiguração de um novo modo de produção, da intensificação do comércio e da política, a cidade é constituída primeiramente de homens, de cidadãos, e não somente de pedras (LE GOFF, 2006). Portanto, são os homens que vão se utilizar de certos discursos para fazer “do espaço urbano um espaço de liberdade (*Stadtlufmach frei*, ‘o ar da cidade traz liberdade’, diziam os alemães) ou de liberdades, no plural, quer dizer de privilégios” (LE GOFF, 2006, p. 228).

As metamorfoses ocorridas foram significativas para as representações acerca do ideário de cidade/urbano que seria construído e intensificado posteriormente como expressão do progresso. Assim, foi possível para grupos distintos, a burguesia ligada ao comércio e, posteriormente, os representantes do capitalismo industrial, fortalecer os interesses de classe. A burguesia se apropriou das terras para intensificar a exploração agrícola. O solo foi incorporado ao capital, transformado em mercadoria, gerou para os industriais uma massa de proletários sem lar e sem pão (MARX, 1989).

As pessoas que procuravam as cidades seguiam imbuídas do ideário de liberdades movidos pelas concepções ideológicas cuja emancipação era o grande mote. Deparavam, na realidade, com condições adversas, cuja contradição se expressava na lógica do desemprego, fome, violência e doenças. A cidade idealizada pelo discurso mostrava-se distante da realidade encontrada por muitos.

Em finais do século XIX fomentava-se o imaginário de uma vida moderna, aos moldes burgueses, que exercia grande força na classe menos favorecida; a lógica do consumismo estava se impondo. O momento histórico foi amplamente utilizado para a disseminação do ideário de moderno, via urbanização. O grande elã era “ser cada vez mais moderno: [em função disso] um turbilhão de modernidade” (LE GOFF, 1996, p. 98). O autor entende que esse elemento foi construtor de certos mitos, tais como o amor, a felicidade, o bem-estar, o descanso, a busca pela prosperidade financeira, o individualismo, o fatalismo, ambos atuando num movimento que vai do real para o imaginário, mas também faz o movimento em sentido inverso. Assim sendo, a modernidade como um conceito exerce influência no imaginário, “que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes”. (LE GOFF, 1996, p. 179).

A busca pela modernidade, que conforme Le Goff (1996) também pode ser entendida como sentimento de ruptura com o passado, associado ao antigo que precisa ser superado. Essa perspectiva foi amplamente trabalhada pela elite brasileira, sobretudo no processo de constituição do Estado nação. A necessidade de apagar um passado de estagnação para que a modernidade pudesse romper com anos de atavismo econômico no qual a mão de obra escrava negra era a grande expressão. De tal modo, mal surgia o século XX, a necessidade de ruptura “manifesta-se acima de tudo no campo da ideologia econômica, na construção da modernização [para o país], isto é, do desenvolvimento e da *aculturação*, por imitação da *civilização* europeia” (ibidem, p. 202).

A construção do ideário de modernidade pelo viés da urbanização logo assumiu conotação central. As contradições desse processo não foram levadas em conta e nem pensadas conforme as especificidades locais. A busca pela modernidade era urgente e não podia mais esperar, mesmo que ela afetasse estrondosamente os interesses da nação. As peculiaridades desse processo, no caso brasileiro é bastante instigante, pois o desenvolvimento econômico não significou melhorias nas condições econômicas, políticas e socioculturais da população.

3 | ASPECTOS HISTÓRICOS DA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL: A DINAMIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O processo de constituição do Estado nação e, posteriormente, das bases de urbanização e industrialização brasileira foram ímpares. Historicamente faz-se necessário retomar esse movimento de urbanização enquanto expressão do moderno já a partir do século XVII.

Com a transferência da corte monárquica para a colônia constituía-se o pólo civilizador no território e, junto com ela, vieram muitos elementos da vida urbana do continente europeu (ALENCASTRO, 1997), alterando significativamente a dinâmica no Rio de Janeiro, pois houve a necessidade da montagem de um aparato burocrático típico do continente europeu. O cotidiano da cidade seria paulatina e radicalmente alterado; novos costumes peculiares a uma população urbana foram se estabelecendo a partir das festas religiosas e civis e dos diferentes hábitos da indumentária, da moradia e alimentares.

Foram vários os esforços para dar às terras tropicais feições mais próximas às da Europa e dignas de uma corte real marcada pela suntuosidade, as instituições culturais e científicas foram uma delas. Uma missão de artistas vindas da França com o objetivo escuso de estabelecer a diferenciação entre a corte e o restante da população por meio do gosto pela arte e pelos ofícios. A preocupação do governo em beneficiar a maioria da população que vivia no Brasil não existiu. Seu propósito foi fundamentalmente o de satisfazer os anseios das elites coloniais e da corte, a ideia

de não alteração das relações socioculturais e produtivas se mantinha (FAUSTO, 2015).

Costa (1999) destaca fenômenos que a partir de meados do século XIX irão introduzir algumas modificações nas estruturas econômicas e sociais do país que conseqüentemente estimularão o processo de urbanização. Primeiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo a instalação de uma rede ferroviária, iniciada em 1852. E, finalmente, as tentativas, bem-sucedidas, de industrialização e de um mercado de crédito.

Esse processo histórico que culminou com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem suas origens nas bases coloniais. Até a superação de relações apenas mercantis e a consumação das bases materiais para a instalação do capitalismo industrial, muitas alterações ocorreram. Mello (1998) denomina esse processo de industrialização retardatária. Este conceito associa-se aos elementos trabalhados por Costa (1999). Para o autor um país que se constituiu a partir de bases agrárias, com todas as conseqüências imbricadas pela exclusão sociocultural, políticas e econômicas, o desenvolvimento desses mesmos aspectos torna-se mais complexo e menos equitativo.

Refletindo acerca das mudanças de costumes que se internalizavam nos grupos sociais urbanos, nos ancoramos em Marx (2007, p. 56) ao dizer que “as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. A colocação do autor ajuda a compreender a força do sudeste no processo de urbanização e industrialização brasileiro, visto as classes dominantes do país se concentrar, prioritariamente, nesta região, de maior importância econômica, onde propalavam ideias no sentido de fortalecer a ideologia regionalista, essa concepção ia de encontro com os ideários de uma República.

Ainda na linha de pensando do o autor, a impressão que se tem é a de que nada foi feito para barrar os interesses da elite paulista enquanto condutora do ideário de progresso pensado para a nação, mais especificamente com a Proclamação da República devido a perspectiva liberal contratualista, visando o progresso dentro da ordem. Esse movimento, no entanto, não pode ser enclausurado numa redoma, uma vez que capital ao ter horror à cizânia, à medida que se estruturou na região sudeste, para gerar mais capital, precisa inserir novas regiões na lógica de exploração capitalista. No âmbito do discurso, a sustentação se dava por meio da tríade modernidade, industrialização e urbanização.

O ideário de modernização se fortaleceu estrondosamente a segunda fase da República iniciada com o governo de Getúlio Vargas, em 1930. Momento em que um grupo político, que se intitulava novo, ascendeu ao governo. Getúlio Vargas ao assumir o comando iniciou um processo centralizador; nomeou interventores para os Estados, demonstrando clara tentativa de afirmação de autoridade do governo federal (SKIDMORE, 1998). Politicamente a nomeação de pessoas da sua confiança,

para governar os Estados, em tese facilitaria o controle sobre os possíveis levantes regionais.

Antes, porém, no primeiro quartel do século XX, as questões de saúde pública já haviam sido colocadas em destaque pelo governo federal visando atender os interesses de mercado a partir de uma política higienista que buscasse controlar possíveis surtos epidemiológicos. O discurso dominante foi colocando a figura do médico como o grande representante da saúde pública. Vargas conduziu o governo dialogando e atendendo aos interesses dos latifundiários e industriais. Era a ideia do Estado como condutor dos destinos da nação (SILVA, 2005). Outras regiões foram anexadas à lógica de exploração capitalista sob o viés de modernização, mas sem, no entanto, alterar o ideário de progresso dentro da ordem. Goiás cumpriria uma função essencial nesse processo (CHAUL, 2015).

4 | DA IDEALIZAÇÃO AO SURGIMENTO DA CIDADE MODERNA: PRESSÕES E ESTRATÉGIAS ENFRENTADAS POR PEDRO LUDOVICO PARA A EFETIVAÇÃO NO PODER EXECUTIVO REGIONAL.

O processo “revolucionário” que chegou a Goiás, liderado pela Coluna Mineira, colocou Pedro Ludovico como interventor no executivo. Sua fragilidade política colocava a necessidade de busca por afirmação. Segundo Chaul (2015, p. 218) o interventor não tinha “(...) nenhuma orientação ideológica capaz de dar sustentação à sua carreira política”. A primeira aposta política foi a de um projeto sanitarista – as questões sanitárias estiveram presentes no discurso político de toda década de 1930. “Sanear a sociedade significava, naquele momento, afirmar-se no poder” (ibid., p. 228).

Os grupos que subiram ao poder em 1930 tinham que apresentar mudanças no sistema de governo que os separassem e distinguissem do anterior. Pedro Ludovico tinha um caminho difícil rumo a sua consolidação política (CHAUL, 1998). O interventor era representante dos novos grupos regionais, mais vinculados à mentalidade moderna, progressista e urbana.

A condição de médico dava a Pedro Ludovico prestígio e legitimidade em função do capital cultural inerente a profissão. Ao assumir o governo lançou mão de uma campanha higienista para o Estado. Através desta, figurava o seu interesse na tentativa de estabelecer uma política de governo capaz de lhe angariar apoio político, o que lhe seria fundamental para a sustentação no poder. Questões de saúde pública constavam entre as prioridades nacionais do período. O interventor buscava fazer a junção dos interesses locais com os pressupostos do governo federal.

Essa perspectiva, no entanto, não era nova. É importante ressaltar que desde a década anterior, políticas de cunho higienista já estavam postas no Estado. O governador que antecedeu ao interventor, o também médico Mario Caiado, havia

implantado o Serviço Sanitário do Estado, suspenso por Ludovico assim que assumiu o governo (CHAUL, 2015). Portanto, para nós, em termos de análise, este discurso, assim como o mudancista, não foram tão original ou inédito como se costuma atribuir.

Os jornais da época, no bojo dessas transformações, retratavam Goiás como a região que marchava rumo ao progresso, à modernidade. O jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba, publicavam com enorme destaque a manchete em primeira página: “Goyaz avança impávido e sereno no rumo de seus grandes destinos”. As ideologias do progresso fomentadas a partir 1930 começavam a ressoar em Goiás. Pedro Ludovico parece ter se aproveitado bem dessa perspectiva.

No jornal *Lavoura e Comércio*, na cidade de Uberaba, 1931, estampava na sua capa a seguinte matéria: “Goyaz avança impávido e sereno no rumo de seus grandes destinos”, a leitura do mesmo nos permitiu encontrar um imbróglio bastante sugestivo para os objetivos deste trabalho, segundo o interventor Pedro Ludovico o Estado não se encontrava afundado em dívidas.

Antes, porém, para melhor entender a situação, apesar de todos os esforços feitos pelo interventor ao seu programa sanitaria, à convicção de que estava amplamente integrado ao projeto de nação do governo federal, a proposta não logrou êxito. O principal argumento foi por falta de recursos. Essa situação intensifica o imbróglio suscitado. O relator justificava a não execução do projeto da seguinte forma: “Infelizmente, porém, as condições financeiras em que se debate o nosso Estado não permitem a execução integral dos pontos básicos do programa traçado, cuja eficiência repousa, antes de tudo, no factor monetário” (Regulamento de Saúde Pública, apud CHAUL, 2015, p. 225).

Se devemos dar crédito à declaração do interventor para a Informação Goyana, em 1931, no qual o Estado não estaria afundado em dívidas, deve-se analisar com criticidade a justificativa da não efetivação do programa sanitaria. Por que, de fato, ocorreu a negação de recursos para tal programa? Mesmo estando em consonância com os interesses federais, indagamos que o projeto de saneamento visando atender a população no âmbito regional, não traria impactos suficientes para consolidar os anseios nem do governo local, como também do nacional. Inferimos que os impactos ideológicos seriam praticamente nulos e sob essas condições, geralmente, o recurso desaparece.

Correndo contra o tempo a mudança de discurso realizada pelo interventor Pedro Ludovico passava a fazer mais sentido. O discurso mudancista apresentava em seu bojo a necessidade de construir uma nova e moderna capital para Goiás, em região melhor adequada, que possibilitasse o desenvolvimento do Estado. Esse discurso encontrava mais consonância com os desdobramentos que vinham ocorrendo no cenário nacional, uma vez que a modernização do país se fazia necessário.

Nessas condições, o projeto de construção e mudança da capital para um local melhor apropriado, passou a ser o grande mote do discurso sociomédico do interventor. Diante ainda da instabilidade política e das pressões impostas pela oposição, Pedro

Ludovico, ainda como interventor, sentia o efeito gangorra da política. Situação agravada com a suspensão do projeto sanitaria. O chefe do executivo goiano agiu rápido na direção de outro projeto político capaz de lhe arrebanhar aliados visando a sua estruturação à frente do poder local. Iniciava uma série de discursos visando legitimar a ideia mudancista.

No âmbito do discurso Pedro Ludovico foi buscando convencer seus pares. Chaul (2015) argumenta que uma nova capital seria o símbolo capaz de dar a sustentação política ao interventor.

Porém, a situação era delicada, além de Pedro Ludovico outras duas lideranças ambicionavam o comando do poder executivo no Estado, Domingos Netto Velasco e Mário Caiado. O primeiro fundou em 1931 a Legião de Outubro que visava ganhar espaço dentro da política goiana, e também foi companheiro de Ludovico nos primeiros anos, rompendo com o interventor logo após o levante paulista de 1932. O segundo tinha enormes influências no Estado e sobre prefeitos do interior, além de enorme prestígio entre os latifundiários que haviam controlado o executivo por anos.

Tentando sufocar a oposição Pedro Ludovico utilizou-se fartamente de um discurso sociomédico para inviabilizar a Cidade de Goiás, esta, no discurso do interventor, possuía condições inaceitáveis para ser uma capital. Assim, aguçava em outras o desejo de se tornarem centro político regional por reunirem melhores condições. Pedro Ludovico costurou o discurso político de mudança da capital de tal modo que foi envolvendo seus pares, o convencimento total parecia que era questão de tempo.

O “novo” projeto de construção e mudança da capital tinha raízes históricas, Pedro Ludovico resgatou-o da historiografia regional. A ideia alavancada pelo interventor não foi uma novidade ou invenção como comumente tem se colocado. Novidade pode ser atribuída à forma como o discurso mudancista foi sendo construído, numa íntima relação com os interesses em âmbito nacional. Parecia que a construção de uma nova capital era condição essencial para o desenvolvimento não somente de Goiás, mas de toda a região Centro Oeste.

Ao esboçar essas questões é preciso atentar para o conceito de memória discursiva para se seguir com a análise. Vale salientar que ela se adapta tanto ao discurso escrito ou oral.

(...) as palavras e o discurso agregam sentidos historicamente construídos, não acumulados de forma organizada e linear e que se atualizam e se inter-relacionam a todo tempo. O sujeito não é sua própria fonte de sentidos, já que estes se formam na relação constante com a história por meio do trabalho da memória (MENDES, 2011, p. 49).

O discurso se associa a memória e a história do grupo social que se pretende atingir. Utilizando da memória discursiva o ideário mudancista agregava sentido e atualizava a memória já construída, principalmente, pelos grupos políticos. Tal

discurso também dialogava com o momento histórico, cuja presença e expansão do capital no país era latente. Portanto, o discurso de fortalecimento e ampliação dos centros urbanos atenderia tanto aos interesses do grande capital, como os anseios do grupo político que ascendera ao executivo federal.

Ainda na linha de raciocínio de Mendes (2011), a memória discursiva refere-se à memória social e coletiva de sentidos que podem ser partilhados. Nessas condições, é mister indagar para qual grupo Pedro Ludovico direcionava seus discursos? Isso é fundamental para compreendermos a direção e o interesse do discurso. Daí, o auxílio do conceito de memória discursiva, uma vez que “o sentido do dizer só se dá porque existe um sentido já dito, como conhecimento partilhado. Ela [memória discursiva] está estreitamente ligada às condições sócio-históricas e aos dados extra discursivos e pré-discursivos” (MENDES, 2011, p. 50).

A memória discursiva atua resgatando discursos já partilhados anteriormente, ou seja, reconstrói o passado, mas também organiza o presente e é atualizada por meio do acontecimento. No caso aqui em análise, o discurso mudancista trabalhado por Pedro Ludovico Teixeira. Teoricamente pode-se inferir que uma das grandes estratégias do interventor de Vargas em Goiás foi direcionar o discurso para os seus pares políticos.

Outro conceito pertinente na busca pela compreensão das manobras e estratégias do discurso do interventor é o de memória metálica. Um processo de repetição incansável dos discursos através dos meios de comunicação disponíveis. Deste modo a ressignificação do conteúdo do discurso não acontece em detrimento da repetição e da interiorização do discurso, perpassado pela ideologia de quem emite o discurso. Ou seja, através da repetição tenta-se interiorizar certa ideia nos grupos para os quais se discursa (ORLANDI, 2007).

Tomando como mote as questões teóricas, analisa-se algumas estratégias presentes em discursos mais contundentes de Pedro Ludovico sobre a questão mudancista. Dentre eles o proferido no dia 04 de julho de 1932, quando o interventor fez a primeira declaração pública sobre a mudança da capital. Na cidade de Bonfim (atual Silvânia), Pedro Ludovico deixou explícito a possibilidade de se transferir a capital goiana. Naquele momento, o chefe do executivo goiano não falava à população única e exclusivamente, o seu discurso era em direção a seus pares políticos, visto precisar de apoio para as eleições de 1934.

Segundo Bakhtin (2003, p. 301) nenhum discurso é de alguém para ninguém, ou seja, possui direção, um alvo. Para o autor “um traço essencial (constitutivo) do enunciado [do discurso] é seu *direcionamento* a alguém, o seu *endereçamento*. (...) o enunciado tem autor e destinatário”. Daí, o entendimento de que o seu discurso estava direcionado aos seus pares.

Em três dias, o chefe do executivo municipal de Bonfim demonstrava abertamente interesse em receber a nova capital. Parece que o objetivo de Pedro Ludovico tinha sido alcançado. Por meio de uma carta oficial, destinada ao interventor, pode-se

perceber que Ludovico instigou o grupo político local, o que para nós, de posse das análises de Bakhtin (2003), reflete seu real interesse, centrar o discurso em Bonfim a seus pares políticos.

No mesmo ano, a Informação Goyana trazia uma entrevista com Pedro Ludovico onde se discutiu economia e a mudança da capital. Na entrevista o interventor afirma que a aspiração da mudança da capital era uma demanda do povo goiano como um todo. “(...) Considero a maior necessidade e mais séria garantia para o futuro de Goyaz. (...) É uma velha aspiração do povo goyano. E não só isto: - é uma necessidade gritante” (Informação Goyana, 1932, p. 26-27).

O trecho da revista não foi o único com esse teor. Vários outros foram publicados nessa direção, o que evidencia o conceito de Orlandi (2007) de memória metálica, que por sua vez, ia aos poucos através dos discursos proferidos nos meios de comunicação, se fortificando no imaginário social dos grupos, inclusive o político. No fragmento destacado da entrevista cabe salientar como Ludovico colocava a aspiração da nova capital como sendo vontade de todos e não somente aspiração pessoal sua de manutenção no poder, visto que desse modo, dificilmente conseguiria garantir o apoio político necessário.

A maneira como aparece os discursos nos possibilita, teoricamente, inferir sobre certa intencionalidade. Ao se reportar a nova capital como sendo uma velha aspiração do povo, tal colocação se associa aos preceitos liberais, presentes desde a configuração do Estado Nação, na qual o governo deve ser do povo e para o povo. Desse modo, os políticos que não concordavam com uma capital nova e moderna, não estariam somente contra o interventor, mas contra toda a população de Goiás. Mais uma vez, em Goiás, o povo era utilizado para atender aos interesses pessoais dos políticos.

Conforme vem se analisando, não é intenção afirmar que única e exclusivamente no âmbito do discurso as mudanças foram ocorrendo. O discurso foi essencial enquanto ideia central a ser acampada. No entanto, ele precisa se associar a elementos concretos, ou seja, era preciso demonstrar de forma concreta os prelúdios de modernização tão propalados no âmbito do discurso. Reside nesse aspecto, mais uma vez, a habilidade política do interventor.

Era possível visualizar alguns elementos da propalada modernidade como sinais de mudanças ligadas aos novos grupos políticos e também a expansão do capital no Estado. Em 1931, foi implantado uma usina de álcool-motor em Catalão, o Estado foi dotado de Serviço Postal Aéreo, a inauguração em Ipameri, do primeiro cinema falado, a autorização do Ministério da Viação, de verba para extensão da estrada de ferro (MACHADO, 1990).

Estas alterações eram amplamente trabalhadas no âmbito do discurso de modernidade. A consolidação dessas transformações somente seria possível, ainda no âmbito do discurso, com a construção de uma nova cidade, apropriada para receber as benesses do progresso que era conduzido pelo novo grupo. Em relação

à Cidade de Goiás, o discurso construído foi inverso; capital retrógrada, incapaz de abarcar as novas estruturas da modernidade. Lançando mão de seus conhecimentos científicos de médico, Pedro Ludovico ia legitimando suas ações junto a seus pares políticos. A cidade de Goiás ia se constituindo num doente incurável.

Outro elemento contundente para nossa análise encontra-se na ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro – capital federal – o interventor afirmou que o Estado teria uma nova capital, em 1933. Esta declaração foi dada à imprensa e causou impacto significativo. A ideologia do progresso via urbanização já era circulante no governo federal. Era necessário povoar o interior do Brasil. Essa conjuntura, associada ao discurso mudancista parece ter colocado Goiás como via possível. O Estado se antecipava à Marcha para o Oeste de 1937.

Seguindo o seu obstinado intuito, Pedro Ludovico publicou o decreto que nomeava a comissão para proceder com estudos necessários à escolha do local para se edificar a futura capital (CHAUL, 1998). Esta ação reforçava os intentos do até então interventor e teve grande impacto no Estado de Goiás. O discurso mudancista dava mais um passo rumo a sua materialização.

Apesar de constituída a comissão para a escolha do lugar a ser edificada a futura capital parece-nos que a tal decisão já havia sido tomada pelo interventor. Mendonça (2009, p.188) argumenta que “Pedro Ludovico Teixeira, antes mesmo da nomeação da comissão incumbida de eleger o ponto da nova metrópole, já havia escolhido Campinas”. Aqui, habilidosamente, pode-se perceber que Ludovico trabalha com os ânimos políticos das cidades vizinhas. Bonfim, Campinas, Bela Vista, possivelmente locais com bancadas expressivas na Assembleia e também com possíveis concorrentes ao cargo de Governador.

Pela análise que viemos fazendo, acredita-se que o intuito não era de apenas transferir a sede da capital da cidade de Goiás para outra, seja Bonfim, Campinas ou Bela Vista, mas sim edificar uma **nova e moderna** capital para o Estado de Goiás, tanto que os dois termos em destaque foram amplamente repisados pelo discurso mudancista, cuja necessidade de modernizar o Estado acabava legitimando o intento do interventor em Goiás. Desse modo, o discurso em âmbito local ia, aos poucos, se associando ao interesse nacional e, à medida que isso ocorria, o apoio dos pares políticos de Pedro Ludovico se concretizava.

A repercussão que ganhou o referido decreto, visto como outra ação ludoviquista, entra mais uma vez na perspectiva da memória metálica. Uma vez que, a cada ação de Pedro Ludovico, no sentido de efetivar o projeto mudancista, fazia com que os grupos políticos passassem a se convencer não somente de que ele, de fato, poderia dotar o Estado de uma nova capital, mas na viabilidade e necessidade desta para o desenvolvimento de Goiás. Uma vez isto ocorrendo, Pedro Ludovico, pela via do discurso, se constituía, entre seus pares, no único capaz de tal intento. As bases para sua efetivação no poder estavam lançadas.

O mesmo enquanto interventor tinha autoridade suficiente para determinar o

local, a data e como seria construída a nova capital. Ao não fazer isso e ressaltar a necessidade de uma comissão, pelo viés da memória metálica, pode ser entendida como mais uma estratégia para angariar apoio político ao interventor. Uma vez que, atitudes autoritárias – em um momento tão delicado – não mais seriam aceitas, conforme o discurso de Domingos Velasco.

O relatório da comissão que escolheu o local da futura capital foi assinado pelo urbanista Armando Augusto de Godoi “como maneira de trazer a opinião de um técnico de gabarito, não residente em Goiás e com especialização no exterior” (CHAUL, 1998, p. 72). A ratificação do engenheiro sobre a escolha do local reforçava não somente a necessidade de se construir uma nova e moderna capital. O aval de um perito renomado, homem de ciência, plugava os interesses locais com as pretensões do governo federal. A assinatura de Godoi dava o aval científico e legitimava o discurso de modernizar o Estado pela via da urbanização.

Na presente reflexão, ancorando nos aspectos teóricos da análise de discurso, acredita-se que somente os pares de Pedro Ludovico estavam em condições de interpretar os significados simbólicos e reais das ações do interventor (BAKHTIN, 2003). Daí, o círculo de discussão serem muito mais no espaço político. A repercussão das mesmas para a população do Estado como um todo parece ter sido reduzido, haja vista, essa mesma população residirem na sua grande fração no espaço agrário. Estas são questões que nos incomodam bastante e, dado as limitações e objetivos do trabalho, não foram aprofundadas nessa discussão.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o ideário mudancista possibilitou desvelar os elementos ideológicos e as estratégias presentes, na esfera do discurso, que colocava a necessidade da construção de uma nova e moderna capital como forma de sedimentar o então interventor na política goiana.

A retomada do processo histórico nacional pela vertente da urbanização auxiliou perceber que a região sudeste serviu de “modelo” e/ou “exemplo” para se expandir a mentalidade moderna, no qual o viés da urbanização foi o carro chefe. Foi ainda nesta região que se formou uma mentalidade voltada ao comércio mais intenso. Em momento oportuno, convergiram para essa região os interesses do capitalismo no país, encontrando terreno propício para se desenvolver, sobretudo com a emergência do café.

Dado as exigências do capital pela contínua expansão, visando gerar mais capital, visto o mesmo ter horror ao vácuo e aversão aos baixos lucros (MARX, 2007), a necessidade de expandir seus tentáculos para outras regiões era inevitável. A inserção de novas terras à especulação capitalista, não atendia aos interesses ideológicos de modernização e disciplinarização da força de trabalho. Então, o

caminho que se encontrou foi o de fortalecimento dos centros urbanos pela via da construção de cidades capitais no interior do país. A partir de 1930, então, o que se viu foi a intensificação do processo de urbanização e industrialização.

Foi em meio a essa conjuntura que Pedro Ludovico Teixeira, assumiu o poder executivo em Goiás, contudo, sem qualquer política de governo capaz de lhe garantir estabilidade no poder. Ao lançar mão de um projeto sanitaria, entendemos que os impactos ideológicos com tal programa não teriam os resultados necessários. A construção de uma nova capital encontrou mais ressonância na tentativa de estruturação política do interventor.

Compreendemos que durante o discurso mudancista Pedro Ludovico tinha em mente atingir seus pares políticos. Colocando um anseio pessoal como vontade geral, ou seja, aspecto ideológico de interesse de todo o Estado. Quando na realidade não eram todos que tinham possibilidades de inferir ou mesmo identificavam-se com o que estava ocorrendo a partir dos discursos veiculados. As condições mais adequadas para compreender o teor do discurso nos jornais, revistas, rádios e nas audiências era, sem dúvida, de seus pares políticos.

Vargas ao ser convencido da viabilidade do projeto de uma nova capital, se comprometeu, inclusive com apoio financeiro para a sua edificação. Isso evidencia, no nosso entendimento, os vínculos ideológicos entre Pedro Ludovico e os acontecimentos no cenário nacional. Desnudando os elementos históricos na sua relação com o discurso mudancista, percebe-se que a nova capital de Goiás não foi obra de um só homem. Ideologicamente a capital foi edificada em função dos interesses do grande capital. A habilidade do interventor, entretanto, foi a de associar os interesses regionais com os anseios em âmbito nacional. Aspecto essencial para consolidá-lo na política regional.

Com a repetição dos discursos progressistas pelos periódicos buscou-se a internalização dessas informações por parte dos leitores, reduzindo o saber discursivo a um aglomerado de informações ideologicamente equivalentes aos interesses da classe dominante. Esse discurso buscou também a internalização da perspectiva de modernidade para uma região majoritariamente rural.

Portanto, foi nessa direção que se construiu ideologicamente a futura capital goiana. Antes de sua concretude ela já existia no campo das ideias, no imaginário dos grupos políticos para quem Pedro Ludovico discursava. Essa estratégia política, por conseguinte, favoreceu Ludovico vencer as eleições indiretas em 1934 e mais, consolidou o mesmo no âmbito da política regional e o imortalizou para todo o sempre na história de Goiás.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A vida privada e ordem privada no Império. In: _____. (org). **História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo:

Companhia das Letras, 1997. p.11-94.

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BAKHTIN, Mikail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução de Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CHAUL, N. F. **A construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia: Cegraf UFG, 1988.

_____. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 4ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. Urbanização do Brasil no século XIX. In: **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. 7ª ed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999. p.235-270.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

FINLEY, M. I. Quem eram os Gregos? In: **Os gregos antigos**. Lisboa: Editora Edição 70, 1988. p.13-25.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **As cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____; SCHMITT, Jean-Claude. Cidade. In: **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: Edusc, 2006. v.1. p.219-236.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. História. In: **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. Goiânia: Cegraf. 1990. p.117-178.

MARX, Karl. **A origem do capital: A acumulação primitiva**. 6ª edição. São Paulo: Global, 1989.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MENDES, Gardene Leão de Castro. **O discurso da criminalização da juventude no Jornal DAQUI**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A queda de Bonfim e a escolha prévia de Campinas**. Revista Mosaico, v.2, n.2, jul./dez., 2009, p.175-189.

ORLANDI, Eni. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. São Paulo: Pontes Editores, 2007.

SALLES, Catherine. **Nos submundos da Antiguidade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, Ana Lúcia. **A Revolução de 30 em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Câne Editorial, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna
Análise espaço

C

Cibercultura
Ciências política
Ciências sociais
Colonização

D

Direitos civis territorialidades

E

Ensino de história
Exponere

F

Feminismo
Filosofia
Fontes documentais
Formação do homem

H

Historiografia
História dos costumes
História intelectual
Historiografia

I

Igreja católica
Imigração

L

Literatura
Lutas

M

Meio ambiente
Memória
Micro-história

O

Organizações sociais

P

Política

Populismo

Protestante

R

Relações de trabalho

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-559-4

